

historia: fronteiras



Vol. II

Eunice Nodari
Joana Maria Pedro
Zilda M. Gricoli Iokoi
(organizadoras)

Volume II



História: Fronteiras

XX Simpósio Nacional da ANPUH

Florianópolis-SC

Julho de 1999

ANPUH

Humanitas
FFLCH/USP

1999

OS *MINAS* EM MINAS: LINGUAGEM, DOMÍNIO SENHORIAL E ETNICIDADE¹

Silvia Hunold Lara
Universidade Estadual de Campinas

Durante muito tempo, a historiografia debruçou-se sobre a escravidão ou sobre a vida dos escravos no Brasil colonial ou imperial. Perspectivas que enfatizavam aspectos econômicos ou sociais tinham em comum um ponto de partida generalizante que tendia a homogeneizar homens e mulheres de diferentes origens a partir de sua condição escrava. Sem dúvida, a experiência do tráfico e da própria escravidão nas terras de colonização portuguesa na América poderia unir diversidades, mas as diferenças étnicas nunca deixaram de ser notadas pelos contemporâneos.

Documentos freqüentemente citados trazem indicações sobre o tema, apesar de quase nunca terem sido examinadas com maior atenção. Antonil, por exemplo, ao tratar das relações entre os senhores de engenho e seus escravos explica que os cativos “são de nações diversas e uns mais boçais que outros, e de forças muito diferentes”, detalhando:

Os que vêm para o Brasil são ardas, minas, congos, de São Tomé, de Angola, Cabo Verde e alguns de Moçambique, que vêm nas naus da Índia. Os ardas e minas são robustos. Os de Cabo Verde e de São Tomé são mais fracos. Os de Angola, criados em Luanda, são mais capazes de aprender ofícios mecânicos que os das outras partes já nomeadas. Entre os congos há também alguns bastante industriais e bons, não somente para o serviço da cana mas para as oficinas e para o meneio das casas².

Além de qualidades de maior ou menor aproveitamento sob a escravidão, Antonil observa que a adaptação dos cativos ao novo mundo é notável, já que, “levando bom cativo, qualquer

deles (nascidos no Brasil) vale por quatro boçais”³. A diferença entre as nações aparece em vários tipos de registros: escrituras de compra e venda, autos de hábito e tonsura, termos de prisões etc. Apesar do esquecimento dos historiadores, a frequência destes registros revela um amplo conhecimento senhorial da diversidade étnica da escravaria, que era acompanhado por juízos sobre maior ou menor eficiência no trabalho ou sobre melhor ou pior adaptação ao cativo e redundava em variações no preço destes escravos. Isto significa dizer que havia a necessidade de conhecimentos etnográficos para o bom governo senhorial do plantel.

Este tipo de preocupação aparece de forma explícita na correspondência entre o Governo do Rio de Janeiro e o Conselho Ultramarino em 1725-1728, a propósito de uma sublevação de escravos. Segundo o governador do Rio, a revolta só não havia acontecido porque entre os levantados havia “a diferença de que os negros de Angola queriam que fosse rei de todos um do seu reino e os mina também de que fosse da mesma sua pátria”. Diante disso, o rei mandava perguntar se era conveniente mandar para as Minas somente “os negros de Angola, pois se tem visto que estes são mais confidentes e mais sujeitos e mais obedientes do que os minas a quem o seu furor e valentia pode animar a entrar em alguma deliberação de se oporem contra os brancos”⁴. O governador do Rio respondeu que

Os negros mina são os de maior reputação para aquele trabalho, dizendo os mineiros que são os mais fortes e vigorosos, mas eu entendo que adquiriram aquela reputação por serem tidos por feiticeiros e têm introduzido o diabo que só eles descobrem ouro e pela mesma causa não há mineiro que possa viver sem uma negra mina, dizendo que só com elas têm fortuna; mas para evitar as sublevações que se temem não me ocorre meio mais eficaz que o mesmo que mostrou a experiência no caso presente, remediando-se aquela sublevação com as diferenças das nações⁵.

Além dos ganhos políticos com a diversidade étnica da escravaria, o governador pensava também na necessidade de apaziguar os brancos. Aproveitou a epístola para pedir ao rei que limitasse os séquitos senhoriais a no máximo quatro escravos bem vestidos e bem armados. O Conselho Ultramarino acatou as

ponderações do governador, lembrando outra consulta sobre a mesma matéria enviada ao rei em janeiro de 1720.

De modo interessante articulam-se nesta troca de cartas e pareceres alguns aspectos do domínio senhorial e colonial, tratados porém de modos opostos. Num caso, o domínio parece ser assegurado por meio da política da diversidade étnica e, no outro, da imposição de limites à ostentação do poder. Na conjunção destas práticas, entretanto, a fala do governador deixa escapar o manejo senhorial da variação étnica da escravaria, não apenas em termos da continuidade do domínio dos senhores mas também da afirmação do poder local em oposição ao domínio colonial. Segundo ele, era comum os brancos das Minas usarem os escravos,

(...) para auxiliar as suas vinganças, soberbas e vaidades, fazendo-se acompanhar para qualquer parte com grande quantidade de negros, bem vestidos e armados (...) adiantando-se nisto os negros da Costa da Mina dos quais usam mais seus senhores pela confiança que deles fazem para despique dos seus ódios⁶.

O quadro se torna ainda mais interessante se acrescentarmos às preocupações da Coroa com a escravaria das Minas o contexto das dificuldades do tráfico português na Costa da Mina diante da presença dos holandeses e ingleses na região, e a expansão do reino do Daomé através de sucessivas guerras contra outras nações (especialmente Ardra, Jaquin e Ajudá). Durante o segundo quartel do século XVIII, as negociações entre Portugal e o reino do Daomé na Costa da Mina foram constantes, ao sabor das forças políticas e dos interesses europeus e africanos. Durante a segunda metade do XVIII, elas continuaram a se fazer presentes, com várias embaixadas enviadas à Bahia e a Lisboa⁷. De todos os lados do Atlântico, a diferença entre os reinos litorâneos da Costa da Mina foi bem conhecida e a rivalidades entre eles bastante explorada por portugueses e baianos interessados no tráfico com aquela região.

Assim, essencial ao tráfico e ao governo dos escravos, a distinção etnográfica foi necessidade constante para a continuidade da escravidão. Do ponto de vista prático, o conhecimento das línguas dos escravos era ainda mais que necessário. É bem ver-

dade que os senhores coloniais, diferentemente dos jesuítas, não se empenharam em aprender o léxico de seus escravos de origem africana. No caso dos americanos, o aprendizado das línguas indígenas constituía instrumento da conversão e passava pela tradução de orações, cantigas, catecismos e ritos litúrgicos, pela elaboração de gramáticas e métodos de estudar as novas línguas. Tais procedimentos, associados às preferências dos paulistas em apri-sionar índios com os quais tivessem afinidades lingüísticas, contribuíram para a preservação e difusão de línguas gerais tal como a “língua geral guarani” falada no Oeste do atual Paraná e nas margens orientais do rio Uruguai, ou a “língua geral do Sul” falada em São Paulo até a primeira metade do século XVIII⁸.

Nada semelhante há em relação aos povos africanos traficados para o Brasil, tanto para as regiões dominadas pelos portugueses em África, quanto para os Estados do Brasil ou Maranhão. A precariedade da presença portuguesa, apenas arranhando o litoral africano ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII foi acompanhada de quase nenhum interesse pelas línguas locais. É somente no período posterior, sobretudo ao longo do século XIX, que os missionários e outros religiosos passaram a produzir glossários e estudos sobre os idiomas africanos.

Inusitada é, portanto, a compilação da língua geral de Mina elaborada em 1741 por Antônio da Costa Peixoto, português de Entre Douro e Minho e residente nas Minas Gerais. Desta obra há dois exemplares manuscritos conhecidos: 14 folhas intituladas “Alguns Apontamentos da Língua Mina com as Palavras Portuguesas Correspondentes por Antônio da Costa Peixoto”, em 1731, guardadas pela Biblioteca Nacional de Lisboa, e um caderno de 46 páginas, datado de 1741, cujo título é “Vocabulário e Manual de Conversação da Língua Geral de Mina”, que se encontra na Biblioteca Pública de Évora. O primeiro é menos completo que o segundo, faltando a advertência e o prólogo, além de o texto se interromper a meio caminho. Em letra impressa a obra recebeu duas edições já neste século, elaboradas por Luís Silveira em 1944 e 1945⁹.

A leitura mais imediata desta obra remete às questões da dominação, que fica evidente logo no início do texto, quando o autor recomenda

(...) que se todos os senhores de escravos (...) soubessem esta linguagem não sucederiam tantos insultos, ruínas, estragos, roubos, mortes e finalmente casos atrozes como muitos miseráveis têm experimentado.

Trata-se de uma situação de domínio em que os desiguais são culturalmente diferentes e o domínio da linguagem significa exercício de poder: entender o que o outro diz significa ter condições de continuidade no poder. Entretanto, mais que enfatizar os elementos ligados à dominação senhorial, pretendo tratar, partindo das pistas fornecidas pela obra de Peixoto, das dificuldades dos senhores em penetrar o universo cultural de seus escravos. A tradução pretendida por Peixoto revela ainda algumas especificidades dos cativos vindos da costa ocidental da África para as Minas Gerais, permitindo avançar em direção a uma análise acerca da diversidade étnica no interior da escravaria e da formação de uma identidade mina nesta região da colônia, com a formação de uma língua geral mina.

Começemos com uma descrição da obra e vejamos o que isso pode nos revelar. Como em muitos vocabulários do período, o princípio de organização que preside o texto é temático. Indicando a palavra em mina e depois em português, a lista inicia-se pelo nome das partes do corpo, dos trajes e enfeites, das comidas, dos afazeres domésticos e seus utensílios, afazeres e tarefas do trabalho no campo, e assim por diante. Pouco a pouco começam a aparecer algumas expressões e frases: pai/ mãe/ irmão/ meio irmão/ casado/ não é casado não/ mulher dama/ o meu marido morreu/ a minha mulher morreu¹⁰. No final, há mesmo curtos diálogos, referentes a situações de venda de alimentos e outras cenas cotidianas. Finalmente, há uma seção sobre xingamentos não traduzidos para o português, “por serem palavras menos decentes à nossa polícia”¹¹, números e formas de contar ouro e de fazer contas em geral.

Os diálogos são realmente interessantes e explicitam as intenções do autor. Vejamos alguns deles:

calhambolas / gente fugida ou perdida / Tu andas fugidos? / Ando fugido / Não ando fugido não / Mostra escrito para ver / Aqui está / Vai andando o teu caminho / Perdi o escrito / Se não tens escri-

to hei de amarrar-te / Não me amarre não / Peço-lhe pelo amor de Deus (...) Quem é teu senhor? / Eu sou forro / Eu sou do senhor Fulano / Eu sou escravo de uma mulher¹².

Há também alguns diálogos que registram o ponto de vista do falante da língua mina:

um padre morreu / na quaresma os brancos não comem carne / comem peixe / os brancos castigam muito os escravos¹³.

Outros revelam medos que devem ter atormentado muitos brancos:

Matemos este Branco / Quebremos-lhe a cabeça / E por que razão me quereis matar? / Queremos lhe tomar tudo / Tomai tudo e não me mateis/ (...) Peço-vos que me não mates / Peço-vos pelo amor de Deus / Não matamos não / Nós não somos todos amigos ou camaradas / Os calhambolas não têm amigos brancos / Eu não sou ruim para os escravos / Eu sou bom / Você diz isso aqui agora / Eu digo o mesmo em qualquer parte¹⁴.

686

Sem dúvida, a dramaticidade crescente dos diálogos é reveladora: a estruturação do vocabulário, mais que pedagógica, pretende ser preventiva de rebeliões, antídoto para agressões de gente que facilmente pode se tornar feroz. A política inibidora de desregramentos nas relações entre senhores e escravos, que preside a elaboração do vocabulário, não promove nenhum passo na direção de um saber sobre o outro. Este português que tenta incitar o aprendizado da língua geral mina simplesmente efetua traduções: será possível que *máhipomvodum* queira mesmo dizer “vou à Missa”?, *mahido-vodum* “vou confessar-me” e *mahichlevodum* “vou rezar”? A traição destas traduções é reveladora da opacidade do olhar senhorial sobre a escravaria. Nada, em todas as páginas do manuscrito, nos informa sobre estes tais minas ou sua língua geral. Somente um trabalho de garimpagem de dados registrados à revelia das intenções de Peixoto pode indicar elementos mais interessantes. Menciono aqui apenas o recurso aos filólogos.

Que língua terá sido essa, registrada por Peixoto? Correia Lopez a identifica como *gunu*, um dos dialetos da língua *evoe*, variação do fon ou *daomé* – falado por escravos resgatados por portugueses na Costa da Mina e embarcados no porto de Ajudá¹⁵.

Sugere ainda que este dialeto teria sido utilizado como língua geral pelos escravos, inclusive por aqueles que não a tinham como língua materna. Constatando tratar-se de uma só língua, não de uma mistura de línguas, embora o vocabulário ofereça alguns vocábulos de outras línguas (como iorubá), Correia Lopes indica ainda que o evoe foi empregado como língua litúrgica em cultos jejes (especialmente no Maranhão e na Bahia)¹⁶.

O interesse de Costa Peixoto por uma língua falada por um milhão de almas não foi acompanhado por atitude semelhante em relação aos hábitos e crenças de tantos homens e mulheres dos dois lados do Atlântico. Lá pelas tantas, menciona *leba*, palavra de importante significado no culto jeje - mas traduzida simplesmente como “Demônio” por Peixoto. Talvez, no entanto, esta palavra e os profundos significados que ela envolve estivessem presentes em outros lugares da América Portuguesa, como na “língua de jeje” cantada pelos mina (daomé, marri e tapa) do calundu do pasto de Cachoeira (recôncavo da Bahia) invadido em 1785¹⁷. Um caminho que precisa ser trilhado sem demora, em busca das alianças que estiveram na base do processo de recriação das identidades étnicas africanas em terras da margem ocidental do Atlântico sul. Um universo insuspeitado por Peixoto, apesar de sua curiosidade lingüística e de seus empenhos de tradutor, e que não mais pode deixar de ser objeto de preocupação e análise por parte dos historiadores brasileiros.

NOTAS

¹Texto apresentado em mesa-redonda intitulada “Fronteiras Étnicas: identidades africanas no Brasil escravista” durante o XX Simpósio Nacional de História da ANPUH. Florianópolis, 30 de julho de 1999. Trata-se de uma versão inicial de resultados parciais de uma pesquisa mais longa, financiada pelo CNPq.

²ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil (1711)*. São Paulo, Melhoramentos, 1667, pp. 120-122.

³*Idem*, p. 122.

⁴“Provisão régia de 18 de junho de 1725”. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 50, 1929, pp. 33-34.

⁵Apud Parecer do Conselho Ultramarino de 18 de setembro de 1728. In *Documentos Históricos*, nº 94, 1951, pp. 28-30.

⁶*Idem*, p. 30.

⁷ Vide especialmente a obra de VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benim e a Bahia de todos os Santos dos séculos XVII a XIX*. (trad.) 2ª ed., São Paulo, Corrupio, 1987. O capítulo VII, intitulado “Embaixadas dos reis do Daomé e dos países vizinhos para a Bahia e Portugal” (pp. 257-292), traz diversos documentos e análises sobre embaixadas realizadas em 1770, 1795, 1805, 1807, 1810, 1811 e 1823.

⁸VILLALTA, Luiz Carlos. “O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura”. In SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo, Cia. das Letras, 1997, pp. 337-338.

⁹SILVEIRA, Luís (ed.). *Obra Nova de Língua Geral de Mina de Antônio da Costa Peixoto*. Lisboa, Agência Geral das Colônias, 1944 e 1945.

¹⁰SILVEIRA, Luís (ed.). *op. cit.*, 1945, p. 22.

¹¹*Idem*, p. 36.

¹²*Idem*, pp. 23-24.

¹³*Idem*, p. 32.

¹⁴*Idem*, pp. 34-35.

¹⁵LOPES, Edmundo Corrêa. *Os trabalhos de Costa Peixoto e a Língua Evoe no Brasil*. Lisboa, Agência Geral das Colônias, 1945, p. 45.

¹⁶*Idem*, pp. 48-454.

¹⁷REIS, J. J. “Magia jeje na Bahia: a invasão do calundu do Pasto de Cachoeira, 1785”. In *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Marco Zero/ANPUH, nº 16, 1988, pp. 57-81.